



A Vereadora Amanda Nassar, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de Leis, art. 67, propõe:

PROJETO DE LEI Nº 43/2018

SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Incentivo à Geração de Energia Distribuída.

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Incentivo à Geração de Energia Distribuída, por meio da instalação de equipamentos de geração de energia apartir de fonte solar fotovoltaica em edificações de propriedade do Município de Araucária.

Parágrafo único – As edificações citadas no *caput acima refere-se* aos prédios de propriedade da Prefeitura.

Art. 2º Todas as construções executadas pelo Município de Araucária, diretamente por meio de sua administração ou por meio de agentes contratados, deverão obrigatoriamente empregar critérios de obra sustentável, sustentabilidade ambiental e energia limpa e renovável..

Art. 3º São objetivos do Programa:

I – estimular, como forma de diminuir o consumo das diferentes fontes de energia, os investimentos e a implantação dos sistemas de energia solar ecologicamente corretos, englobando o desenvolvimento tecnológico em edificações públicas de propriedade do Município;

II – fomentar a geração de energia limpa e renovável;

III – apoiar a implantação e o desenvolvimento de projetos que contemplem, como fonte subsidiária de energia, a utilização de equipamentos de energia solar;

IV – estimular atividades utilizando fonte de energia solar e técnicas sustentáveis em obras públicas.

Art. 4º A produção excedente de energia poderá ser repassada para a COPEL a fim de reduzir o valor das faturas de energia seguintes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

JUSTIFICATIVA

A geração de energia de maneira sustentável é sinônimo de economia e respeito com o meio ambiente.

O município de Araucária com o seu pujante parque industrial ao mesmo tempo em que é motivo de orgulho, também o é de preocupação para os seus munícipes, face à poluição que acaba gerando.

Considerando isto, nada mais natural que se busque a mitigação dessa poluição, quer seja ela da atmosfera, da água ou do solo.

É cediço que para sustentar seu parque industrial, os próprios municipais e os lares araucarienses com energia elétrica, existe a necessidade de geração da mesma.

Inicialmente seria solicitado à Secretaria Municipal de Administração, o levantamento mensal e uma vez anualizado o consumo de cada um dos próprios municipais, será possível dimensionar o número de placas fotovoltaicas para atender a demanda de cada uma dessas Unidades.

O impacto orçamentário-financeiro inicial decorrente da implantação desses painéis fotovoltaicos nos próprios municipais, a princípio, será significativo, no entanto ao longo do tempo a economia feita com a geração própria da energia elétrica consumida, esse custo diluir-se-á ao longo dos 40 anos de durabilidade prevista desses painéis.

Tomando como exemplo, Escolas e CMEI's, essas Unidades produzirão energia elétrica durante os 12 meses do ano, no entanto o consumo será de 10 meses aproximadamente devido às férias escolares. Esse superavit de 2 meses de produção da energia elétrica poderá ser repassado à COPEL sendo posteriormente deduzido no valor de futuras faturas de energia.

A "energia limpa" e "renovável" gerada em cada uma das Unidades onde os painéis fotovoltaicos forem instaladas, será à razão de aproximadamente 320 Watts/Hora, ou seja, 1,28 Kilowatts/dia ou 38 Kilowatts/mês.

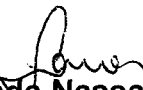
Ressalta-se que existem dois sistemas básicos de sistemas fotovoltaicos, o Sistema Conectado à Rede (On Grid) e o Sistema Isolado (Off Grid). O "On Grid" é aquele no qual o sistema fotovoltaico está ligado à rede elétrica, no caso à rede da COPEL. Já o "Off Grid" é o que fica independente da rede da COPEL, tão somente consumindo a energia gerada pelo próprio sistema fotovoltaico instalado na Unidade.

Com a implantação das placas fotovoltaicas nas edificações próprias do Município, haverá uma economia significativa ao longo do tempo devido geração de energia a custo zero, além de ser uma fonte de energia totalmente limpa.

Existem várias edificações públicas sem o aproveitamento de seu potencial em geração de energia solar, e é exatamente esse potencial que o presente Projeto de Lei procura tornar realidade.

Gabinete da Vereadora, 22 de Março de 2018

RECEBIDO EM PLENÁRIO
Em: 05.1.06.1.2018
Despacho: P.F.


Amanda Nassar
Vereadora
(PMN)

PROTOCOLO Nº 2819/2018
EM: 05.1.06.2018
FUNCIONÁRIO: 